

Suprema Corte dos EUA poderá restringir poder normativo da administração pública

22/01/2024

Os ministros conservadores da Suprema Corte indicaram, em uma audiência de sustentação oral, que pretendem reverter um precedente de 40 anos, estabelecido em [Chevron v. Natural Resources Defense Council](#), o que irá restringir o poder dos órgãos públicos federais de regulamentar leis aprovadas pelo Congresso.

O precedente de 1984 criou a “Doutrina Chevron”, segundo a qual os juízes federais devem acatar a interpretação e a regulamentação, pelos órgãos governamentais, de leis que são ambíguas ou omissas em alguns pontos que precisam ser regulamentados para serem aplicáveis – desde que a interpretação “seja razoável”.

Essa doutrina também é conhecida como “Chevron deference”, porque, por “deferência judicial”, os tribunais federais, de todas as instâncias, normalmente se fundamentam nesse precedente para decidir disputas contra órgãos públicos.

A presunção da “Doutrina Chevron” sempre foi a de que os órgãos públicos, que contratam cientistas e especialistas de todas as áreas, têm mais expertise do que os tribunais federais para regulamentar certas leis. Mas, com o precedente revogado, a “deferência judicial” deixa de existir. E o tal “poder” passa para os juízes federais.

A possível revogação desse precedente irá atar as mãos dos órgãos que regulamentam e fiscalizam atividades em todos os campos, como a Comissão de Valores Mobiliários, a Agência de Proteção Ambiental, o Conselho Nacional de Relações Trabalhistas, a Comissão Federal das Comunicações, a Administração de Alimentos e Drogas e de todos os demais órgãos que regulam as atividades na economia, saúde pública, educação, direitos civis, tecnologia, etc.

Para tomar uma decisão até o final de junho, a Suprema Corte está julgando dois casos de pescaria: [Relentless Inc. v. Department of Commerce](#) e [Loper Bright Enterprises v. Raimondo](#). Os autores das ações contestam uma resolução de 2020 do National Marine Fisheries Service, que obriga as empresas de pesca a levarem em seus barcos um inspetor federal para monitorar a pescaria e impedir a sobrepesca (ou pesca predatória).

Mais que isso, o regulamento exige que as empresas – nesse caso específico, duas empresas de pesca de arenque, de propriedade familiar, que utilizam barcos pequenos para cinco ou seis pessoas – são obrigadas a pagar o salário dos inspetores federais, calculado pelo órgão governamental em US\$ 710 por dia – uma quantia que pode exceder os lucros de um dia de pescaria, segundo a ação.

No entanto, as ações não se limitam a esse interesse específico das empresas. Há um pedido mais amplo, o de que a Suprema Corte revogue o precedente que criou a “Doutrina Chevron” e estabeleça que nenhum órgão do governo pode editar qualquer regulamento, sem autorização específica do Congresso.

Quatro dos seis ministros conservadores da corte – Clarence Thomas, Samuel Alito, Neil Gorsuch e Brett Kavanaugh – deixaram claro na audiência de sustentação oral, por suas declarações e pela pressão que fizeram sobre a defesa do governo, que são a favor de revogar o precedente da “Doutrina Chevron”.

Os outros dois conservadores – o presidente da Suprema Corte John Roberts e a ministra Amy Coney Barrett – não foram tão claros, porque manifestaram pontos contra e a favor do precedente. É preciso que apenas um deles decida votar a favor da revogação do precedente, para eliminá-lo da jurisprudência por 5 votos a 4.

As três ministras liberais – Sonia Sotomayor, Elena Kagan e Ketanji Brown Jackson – defenderam o precedente. A ministra Elena Kagan perguntou aos advogados dos pescadores: quem pode determinar se um produto a ser lançado no





mercado, indicado para promover um colesterol saudável, é um suplemento dietético ou um medicamento, os cientistas da FDA ou os juízes?

E comentou: Se chegar à Suprema Corte uma ação que contesta a regulamentação da inteligência artificial, nós não vamos sequer entender a pergunta que nos é apresentada, quanto mais oferecer uma boa resposta para ela. Devemos deixar para as pessoas que realmente entendem a inteligência artificial que se responsabilizem pela tomada de decisões.

A ministra Ketanji Brown Jackson declarou que a “Doutrina Chevron” serve a um propósito importante. O Congresso atribuiu aos órgãos federais o poder de formular políticas, quando é necessário esclarecer ambiguidades e terminologia da lei. “Se o precedente for revogado, os juízes federais se tornarão superlegisladores”, ela disse.

Em vez de decidir se o precedente deve ou não ser revogado, os ministros da corte terão a opção de tomar uma decisão mais restrita – isto é, decidir apenas o caso dos pescadores e deixar o precedente em paz. Se for assim, o mais provável é que a corte considere que o regulamento do National Marine Fisheries Service não é razoável e decida a favor das empresas de pesca.

Com informações do Washington Post, The Hill, The Verge, Salon, SCOTUS Blog e Legal Information Institute.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jan-22/suprema-corte-dos-eua-podera-restringir-poder-normativo-da-administracao-publica/>